

1           **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**  
2           **CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE**  
3           **2018.**

4   Aos doze dias do mês de março de 2018, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário da  
5   Câmara Municipal do Rio de Janeiro, situado à Praça Floriano, s/n, Centro, reuniram-se  
6   representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença  
7   de conselheiros titulares e suplentes e convidados, cujos nomes e assinaturas constam no livro de  
8   presença, para tratar dos seguintes assuntos: **1-Leitura e aprovação de ata da assembleia de**  
9   **fevereiro de 2018; 2-Prestação de Contas CMDCA – Gestão Novembro 2015/ março 2018; 3-**  
10   **Posse – Gestão 2018 / Março de 2020; 4-Infomes.** O Conselheiro do CMDCA e Vereador Celio  
11   Lupparelli iniciou a reunião com a composição da mesa com as Srs.<sup>a</sup> Carla Marize Augusta da  
12   Silva (Presidente do CMDCA), Deise Gravina (Vice Presidente do CMDCA), Sheila Burlini (1<sup>a</sup>  
13   Secretária do CMDCA), Luci Pimenta de Miranda (2<sup>a</sup> secretária do CMDCA) e Claudia Lasry  
14   (Subsecretária da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos). O Vereador  
15   Célio Lupparelli justificou a ausência da Deputada Estadual Tia Ju, que estava participando de  
16   outro evento. Após a composição da mesa houve a execução do Hino Nacional. A Presidente do  
17   CMDCA Carla Marize Augusta da Silva iniciou sua explanação fazendo menção ao mês de  
18   março, simbólico pelo dia 08, onde se comemorava o dia internacional da mulher. A presidente  
19   leu uma poesia da escritora e poetisa Cora Carolina para homenagear as mulheres. **1-Leitura e**  
20   **aprovação de ata da assembleia de fevereiro de 2018:** A Presidente Carla Marize Augusta da  
21   Silva fez a leitura da ata da assembleia de fevereiro e colocou em votação. O conselheiro André  
22   Rangel fez ressalvas à fala dele na ata. Informou que suas ponderações foram feitas em  
23   decorrência da assembleia do mês de janeiro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do  
24   Adolescente, onde a precária estrutura de funcionamento dos Conselhos Tutelares da Cidade do  
25   Rio de Janeiro tinha sido pauta, apresentada pela Associação Estadual dos Conselhos Tutelares,  
26   que ficou de enviar diagnóstico da situação. O Sr. Sergio Roque, da Associação Municipal dos  
27   Conselhos Tutelares da Cidade do Rio de Janeiro, complementou a fala do conselheiro André  
28   Rangel e disse que a situação se agravou após as últimas chuvas ocorridas no município do Rio  
29   de Janeiro, com salas alagadas, ocasionando a impossibilidade de atendimento à população  
30   usuária. Ressaltou, ainda, que havia sugerido que o CMDCA formasse uma comissão para  
31   fiscalizar as condições de funcionamento dos Conselhos Tutelares e convidou o conselheiro,  
32   Vereador Celio Lupparelli, para compor esta Comissão. A ata foi aprovada por unanimidade com  
33   as ressalvas. **2-Prestação de Contas CMDCA – Gestão Novembro 2015/ março 2018:** O  
34   conselheiro e Vereador Celio Lupparelli explicou que as comissões e grupos de trabalho  
35   apresentariam as atividades desenvolvidas no período de novembro de 2015 a março de 2018.  
36   Convidou a conselheira Paula Caldas para apresentação dos trabalhos da **Comissão de**  
37   **Orçamento** no período. A conselheira Paula Caldas informou que o trabalho era acompanhado  
38   pela conselheira Ana Claudia Senna, a quem substituía há pouco tempo no CMDCA,  
39   apresentando as principais ações do período. Lembrou que segundo o Regimento Interno do  
40   CMDCA-Rio a Comissão tinha como atribuições assessorar o Conselho na elaboração e  
41   acompanhamento do Orçamento Criança e na política de captação, aplicação e fiscalização dos  
42   recursos do FMADCA. Destacou que ações da Comissão estiveram mais voltadas para  
43   operacionalização dos recursos do Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e  
44   do Adolescente, através do acompanhamento de receitas, assessoria para elaboração do plano  
45   de aplicação e monitoramento dos termos de parceria em execução com financiamento do  
46   FMADCA. A conselheira Sheila Burlini fez apresentação da **Comissão de Políticas Públicas**,  
47   destacando suas principais ações no período. Informou que a Comissão tinha como atribuições  
48   propor políticas de promoção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, além de  
49   elaborar, sugerir e acompanhar os programas delas decorrentes. No período esteve no  
50   acompanhamento dos Grupos de Trabalho para elaboração de políticas de atendimento, tais



51 como o Plano de Convivência Familiar e Comunitária, publicado em abril de 2017, numa ação  
52 conjunta com o Conselho Municipal de Assistência Social, e a Política Municipal de Ações  
53 Socioeducativas, aprovada em setembro de 2017. Esteve, ainda, no acompanhamento dos  
54 Grupos de Trabalho para monitoramento das políticas já aprovadas pelo CMDCA, tais como da  
55 Primeira Infância e do Sistema Socioeducativo. A conselheira Renata Silva e Silva e a Técnica  
56 Fernanda Melo fizeram apresentação das atividades da **Comissão de Comunicação**, lembrando  
57 que a Comissão tinha como atribuições: promover, junto à opinião pública, a divulgação do  
58 Estatuto da Criança e do Adolescente, o papel do Conselho, seus resultados e o FMADCA,  
59 mobilizando a sociedade para a sua indispensável participação na defesa e garantia dos direitos  
60 infante juvenis. No período a Comissão fez acompanhamento do *site* e da elaboração do Termo  
61 de Referência para contratação de empresa de assessoria de Comunicação do CMDCA.  
62 Sinalizou, ainda, a necessidade de elaboração de material gráfico (ECA, Plano Municipal de  
63 Convivência Familiar e Comunitária, entre outros) e fez acompanhamento da licitação para  
64 contratação da empresa de assessoria de comunicação do CMDCA-Rio. Promoveu, também,  
65 discussões iniciais sobre a Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes,  
66 prevista para ocorrer até novembro de 2018. Avaliaram que a ausência de uma empresa de  
67 assessoria de comunicação dificultava o desenvolvimento de tais ações, uma vez que no período  
68 em referência se contou, apenas, com a ajuda voluntária de um conselheiro de direitos e  
69 colaborador para produção de artes gráficas e atualizações do *site* do Conselho. A conselheira  
70 Miná Benevelo Taam fez apresentação dos trabalhos da **Comissão de Garantia de Direitos**. A  
71 conselheira lembrou que a Comissão, pelo Regimento Interno do CMDCA, tinha como atribuições:  
72 acompanhar e avaliar as ações governamentais e não governamentais dirigidas à infância e à  
73 adolescência no âmbito do Município; encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes,  
74 denúncias de todas as formas de violação de seus direitos; acompanhar sistematicamente a  
75 atuação dos Conselhos Tutelares e fornecer pareceres sobre a concessão de registros das  
76 Entidades. Reforçou que a concessão de registros a entidades de atendimento era a atividade  
77 mais realizada pela Comissão, destacando o montante de registros concedidos e renovados no  
78 período, que giraram em torno de 350 entidades. Destacou que na atualidade o CMDCA tinha  
79 cerca de 350 entidades registradas e 15 programas governamentais inscritos, nos termos do  
80 artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com relação aos **Grupos de Trabalho**, a  
81 Conselheira Merina Aguiar e o Sr. Edvaldo Roberto fizeram a apresentação da **Comissão de**  
82 **Convivência Familiar e Comunitária**. O Sr. Edvaldo Roberto fez um resgate da história da  
83 criação de Comissão para elaboração do Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária,  
84 que em abril de 2017, em deliberação conjunta com o CMAS, foi aprovado. A Comissão manteve  
85 suas atividades para acompanhamento das ações previstas no Plano de Convivência. Ressaltou  
86 dificuldades da Prefeitura no oferecimento da estrutura necessária para realização desses grupos,  
87 que nem gasolina tinha para realizar uma visita institucional. Destacou, ainda, o esforço coletivo  
88 dos integrantes da Comissão. O Sr. Edvaldo Roberto fez, ainda, apresentação das ações **GT de**  
89 **Ações Socioeducativas**, que em setembro de 2017 teve aprovado a Política Municipal de Ações  
90 de Apoio Socioeducativo em Meio Aberto. Este Grupo de Trabalho, hoje, fazia o  
91 acompanhamento da implementação das ações da Política. Relatou que trabalhavam com uma  
92 metodologia participativa e buscavam ouvir as entidades, que apresentavam grandes dificuldades  
93 para ofertar ações no contra turno escolar. Avaliou, ainda, que se constatava uma ausência do  
94 poder público na oferta de programas de proteção, ações de saúde, escolas e praças para  
95 crianças e adolescentes. O conselheiro Geciel de Almeida Martins fez apresentação pelo **GT de**  
96 **Avaliação e Monitoramento de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto**. Explicou que  
97 era membro da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, trabalhando no projeto de ronda escolar,  
98 com palestras e atividades lúdicas, e no grupo ingressou em 2017. Este grupo de trabalho iniciou  
99 em 2006 e retomava suas ações recentemente, numa ação conjunta com os Centros  
100 Especializados de Assistência Social (CREAS), Tribunal de Justiça, Ministério Público, entre



101 outras entidades. Na oportunidade formulou convite à Câmara de Vereadores, através do  
102 conselheiro e Vereador Célio Lupporelli, para que pudesse encaminhar representante para  
103 compor este grupo de trabalho. As integrantes do **GT da 1ª Infância**, Sras. Soraia Melo e Renata  
104 Tavares, fizeram apresentação das atividades do Grupo, com resgate da sua história. Lembraram  
105 que o Grupo de Trabalho iniciou suas ações em 2013, em torno da elaboração do Plano Municipal  
106 pela Primeira Infância, aprovado em novembro do mesmo ano pelo CMDCA. Entre os anos de  
107 2014 e 2015 a mobilização do Grupo de Trabalho se deu em torno da implementação e  
108 monitoramento das ações do Plano, destacando a realização de fóruns descentralizados nas  
109 regiões da Zona Oeste e Sul da cidade. Em 2016 houve uma etapa seguinte de mobilização, em  
110 torno da campanha Criança Prioridade Absoluta, por ocasião do período eleitoral, onde o atual  
111 Prefeito se comprometera com políticas para a faixa etária. Em 2017 o Grupo para implementação  
112 e monitoramento do Plano pela Primeira Infância foi recomposto e, em início de 2018, promoveu  
113 seminário, com a participação de muitas entidades e atores sociais, para discussão da temática.  
114 Apontaram propostas de ação para 2018, como: fortalecimento do GT PMPI do CMDCA, com a  
115 ampliação da participação de representantes governamentais; indicação de um membro do GT  
116 PMPI para participar do Comitê de Gestão do Programa Primeira Infância Carioca – PIC;  
117 realização de uma Formação em OCA – Orçamento Criança e Adolescente, para as organizações  
118 registradas no CMDCA, por meio de uma parceria entre o GT PMPI e o Fórum Popular do  
119 Orçamento, com apoio do Fórum DCA, sugestão de datas 14 maio e 11 junho 2018, 30 min  
120 durante as Assembleias Ordinárias; e, Formação de Conselheiros de Direitos para escuta e  
121 participação infantil em espaços de tomada de decisão, por meio de uma parceria entre o GT  
122 PMPI e o CECIP. A conselheira Luci Pimenta de Miranda fez apresentação das ações da  
123 **Corregedoria dos Conselhos Tutelares** no período. Destacou que a Corregedoria dos  
124 Conselhos Tutelares, formada por 04 conselheiros de direitos e 01 membro da Procuradoria Geral  
125 do Município, tinha como atribuição julgar os recursos interpostos por conselheiro tutelar em razão  
126 do julgamento proferido pela Comissão de Ética; analisar, em reexame necessário, os casos de  
127 arquivamento de procedimento disciplinar determinados pela Comissão de Ética; instaurar  
128 procedimento disciplinar quando a denúncia envolver conselheiro tutelar membro ou suplente da  
129 Comissão de Ética; propor à Comissão de Ética a instauração de procedimento disciplinar para  
130 avaliar a conduta de conselheiro tutelar no exercício de suas funções; remeter ao CMDCA e ao  
131 Ministério Público suas decisões para conhecimento e adoção das medidas cabíveis, entre outras,  
132 nos termos do Decreto Municipal n.º 22.132, de outubro de 2002. Ressaltou que no período a  
133 Corregedoria se reuniu com regularidade e que foram analisados todos os processos disciplinares  
134 a ela encaminhados. Destacou o caráter sigiloso do conteúdo dos processos analisados pela  
135 Corregedoria. O Conselheiro Vereador Célio Lupporelli destacou as presenças da Sr.ª Regina  
136 Leão, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente –  
137 CONANDA, e do Dr. Carlos Gustavo Coelho de Andrade, Promotor de Justiça da 1ª Promotoria  
138 de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital. A Vice Presidente Deise  
139 Gravina parabenizou a apresentação dos grupos e destacou a importância da sociedade civil e do  
140 governo trabalharem juntos nesta gestão. Saudou, ainda, os conselheiros que estavam saindo  
141 desta gestão e parabenizou os novos eleitos, desejando-lhes sorte e sucesso. Fez uma avaliação  
142 das ações desenvolvidas no período, destacando a eleição dos conselheiros tutelares, em  
143 fevereiro de 2016, o Edital 2016, onde as entidades já executavam e recebiam pelas ações, e o  
144 Edital 2017, que estava em fase de apresentação de documentação, com 12 entidades  
145 contempladas e com a perspectiva de atendimento a mais de 1.000 crianças e adolescentes. A  
146 Subsecretária de Proteção Social Básica e Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social  
147 e Direitos Humanos, Sr.ª Claudia Lasry, convidou as 10 entidades eleitas no processo de escolha  
148 dos membros da sociedade civil para serem empossadas. Foram empossados representantes,  
149 titular e suplente, das entidades Associação São Martinho – Província Carmelitana de Santo Elias,  
150 Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA, Cruzada do Menor, Lar

151 Fabiano de Cristo, Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social –  
152 MUEDES, Associação de Redes de Desenvolvimento da Maré, Centro Social Educar para o  
153 Amanhã, ONG CON-TATO – Centro de Pesquisas e de Ações Sociais e Culturais, Federação das  
154 Instituições Benéficas de Iniciação Particular do Rio de Janeiro e Abrigo Maria Imaculada –  
155 Instituto Protetor dos Pobres e Crianças. Os representantes governamentais já haviam sido  
156 nomeados em Decreto de 07 de dezembro de 2017. A nova composição da Mesa Diretora do  
157 CMDCA-Rio seria publicada através da Deliberação n.º 1.277/2018. Não havendo mais assuntos  
158 a serem tratados, a reunião foi encerrada às 16 horas e a ata segue assinada pela presidente,  
159 primeira e segunda secretárias.

160  
161  
162

163  
164  
165

---

**Carla Marize Augusta da Silva**  
**Presidente do CMDCA-Rio**

166  
167

168  
169  
170

---

**Sheila Burlini Soares**  
**Primeira Secretária**

171  
172  
173

---

**Luci Pimenta de Miranda**

174  
175  
176

**S**  
**e**  
**g**  
**u**  
**n**  
**d**  
**a**

177  
178  
179

180  
181  
182

**S**  
**e**  
**c**  
**r**  
**e**  
**t**  
**á**  
**r**

183  
184  
185

186  
187  
188

189